

Capítulo 10

A Educação do/no Campo e a Construção dos Saberes pelos Povos da Amazônia Roraimense

Amilton de Lima Barbosa¹

Angel Gregorio Martinez Rios²

Datyane Freitas de Alencar³

Introdução

A Educação do Campo é um tema de grande relevância no contexto educacional brasileiro, especialmente entre os povos da Amazônia roraimense. Como afirmam Antunes-Rocha e Martins (2012, p. 23): “A Educação do Campo nasceu na luta do campesinato e se constitui na atualidade como um território imaterial [...]”. Essa modalidade educacional é essencial para preservar os saberes tradicionais e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, respeitando sua diversidade cultural e ambiental.

A região amazônica, com sua riqueza única, reflete uma identidade própria que permeia aspectos sociais, ambientais e educacionais. Para Ferrarini (2023): “Quando falamos em biomas, temos que falar de identidades. A Amazônia tem uma identidade. É um ambiente com características próprias [...]”. Assim, a Educação do Campo assu-

-
1. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação – PPGE/UERR/IFRR. Boa Vista, Roraima, Brasil. <https://lattes.cnpq.br/0769978530413941>. E-mail: amiltonbarbosa982@gmail.com
 2. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. Boa Vista, Roraima, Brasil. <https://lattes.cnpq.br/2386921985204904>. E-mail: angel23martinez86@gmail.com
 3. Graduanda em Educação do Campo, habilitação Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Roraima (UFRR). <http://lattes.cnpq.br/5971135299712410>. E-mail: datyanedealencar@gmail.com

me um papel crucial na valorização dessas identidades, fortalecendo os saberes locais e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Autores como Lopes (2015), Hall (2022), Caldart (2012), Freire (2024), Canclini (2019) e Molina (2008) destacam a necessidade de uma abordagem pedagógica contextualizada, que integre os saberes escolares e tradicionais. Essa perspectiva é reforçada pelo Decreto nº 7.352/2010, que estabelece as diretrizes da Educação do Campo e define claramente os povos que dela fazem parte: agricultores familiares, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, povos da floresta, entre outros (Brasil, 2010).

Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como uma estratégia de resistência e emancipação, promovendo a autonomia dos povos do campo, das florestas e das águas. Este capítulo busca analisar como essa modalidade educacional contribui para a valorização da cultura e da identidade desses povos, além de propor caminhos para superar os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas à educação rural.

Os Movimentos Sociais e a Luta pela Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que visa atender às especificidades e necessidades dos moradores do campo, aqueles designados pelo Decreto nº 7.352/2010, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para esses povos. Dentro desse contexto, a Educação do Campo, para Caldart (2004, p. 10), tem hoje “[...] o tipo de escola que está ou não está mais no campo, e tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses [...]”. Assim, há necessidade de (re)construção identitária na proposta pedagógica e curricular criada às escolas do campo, que busque a valorização dos saberes locais e a promoção da educação dessas populações de forma contextualizada, relevante e primordialmente equitativa.

[...] Lutar por políticas públicas para Educação do Campo significa lutar para ampliar a esfera do Estado, para não colocar a

educação na esfera do mercado. Neste momento, entra novamente a questão dos povos do campo. Porque não se institui políticas enquanto elas não estão muito presentes no conjunto do imaginário da sociedade (Molina, 2008, p. 26).

Nas palavras de Molina (2008), compreende-se que a Educação do Campo é uma área de conhecimento vasta que se desenvolve a partir da interação com as realidades presentes no campo, tendo em vista as peculiaridades e demandas das populações que vivem nessas áreas. No caso da Amazônia roraimense, essa abordagem se torna ainda mais relevante devido à presença também de comunidades tradicionais e povos indígenas, que têm um profundo e extenso conhecimento sobre a natureza e o meio ambiente e que compõem os povos do campo.

A construção dos saberes pelos povos da Amazônia roraimense está diretamente ligada à relação que essas comunidades estabelecem com o seu território e os recursos naturais disponíveis, por meio de práticas ancestrais de manejo da terra, agricultura de subsistência, pesca, caça e coleta. Esses povos desenvolveram um conhecimento profundo sobre as especificidades do ambiente em que vivem, saberes que são transmitidos de geração em geração e constituem a base de sua cultura e identidade, conforme nos esclarece Santos (2015, p. 83), quando diz:

Nesse sentido, a luta por uma educação do campo incorpora a ocupação como mais uma das estratégias utilizadas pelos movimentos sociais. Luta popular de resistência coletiva em defesa de seus ideais, proporcionando processos de aprendizagens e construção política. O coletivo, nessa conjuntura, pode ser libertador, pois a organização familiar e o envolvimento com a desapropriação do latifúndio, o estabelecimento do assentamento, a produção agrícola e intelectual e a escola, na perspectiva freiriana, são acompanhados pelas resistências múltiplas.

Para Santos (2015), a Educação do Campo se apresenta como uma ferramenta fundamental para valorizar e potencializar esses saberes locais, promovendo uma educação que respeita e prestigia a di-

versidade cultural e a relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Segundo Caldart (2012), por meio de práticas pedagógicas que valorizem a oralidade, a experiência prática e o conhecimento tradicional, é possível promover uma educação mais inclusiva, contextualizada e intercultural. Para Walsh (2019), essa abordagem deve atender às demandas e necessidades específicas dos sujeitos e das comunidades do campo na Amazônia roraimenses.

Já para Lopes (2017, p. 129): “A participação dos movimentos sociais, seja no espaço escolar ou na sociedade de forma geral, possibilita construir sujeitos históricos. [...]”. Por esta ótica a Educação do Campo pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e a valorização da diversidade étnica presente na Amazônia roraimense. Ao reconhecer e valorizar os saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a Educação do Campo pode contribuir para a promoção da autoestima e o empoderamento dessas populações, fortalecendo sua autonomia, identidade e respeitando sua forma de vida dentro de suas comunidades.

Diante desse cenário, é fundamental que os movimentos sociais e as políticas públicas de educação estejam alinhados com os princípios da Educação do Campo, garantindo o acesso dos povos do campo, das águas e das florestas da Amazônia roraimenses a uma educação de qualidade e equitativa. Segundo Freire (2024), ela deve respeitar sua cultura e promover a construção de saberes de forma participativa e democrática.

Para isso, é necessário investir na formação de professores, capacitando-os para atuarem nessas áreas, bem como na elaboração de currículos e materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural e os conhecimentos locais, como está fazendo o Programa Escola da Terra, vinculado a LEDUCARR⁴/UFRR, na sua primeira versão, no ano de 2024, ao promover o aperfeiçoamento dos professores que trabalham nas escolas do campo e nas comunidades indígenas. Ao se valorizar a construção dos saberes pelos povos do campo, das florestas e das águas da Amazônia roraimense, é possível contribuir para a promoção da sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da iden-

4. Licenciatura em Educação do Campo.

tidade, da cultura e do desenvolvimento dessas comunidades locais, como nos esclarece Coutinho et al. (2015, p. 50), quando afirma que:

[...] trocar o conceito de educação ambiental cidadã por educação ambiental camponesa. Compreendemos os esforços teóricos e práticos do conceito de cidadania e sua vinculação com as práticas de educação, mas, quando estamos falando da escola do campo, precisamos criar e dialogar diretamente com a luta do povo do campo [...].”

Assim, cria-se o entendimento de que é necessário desconstruir cenários anteriormente estabelecidos no contexto das lutas e da história do campo, a fim de repensar e reformular práticas, momentos e fundamentos, buscando alinhá-los à realidade vivenciada nos cenários atuais do campo. Freire (2024, p. 79) é enfático ao afirmar: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo [...]”. Diante dessa perspectiva, compreende-se que os sujeitos constroem o sentido de sua existência e emancipação à medida que se desprendem da ideia de serem detentores exclusivos do conhecimento.

Por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas, é possível promover uma educação mais significativa, transformadora e equitativa, que respeite a diversidade cultural e fomenta uma cidadania ativa e situada, especialmente no contexto do campo, em conformidade com o pensamento de Silva (2015). Em suma, a Educação do Campo deve fundamentar-se em uma abordagem pedagógica voltada à promoção e valorização do sujeito e de seus saberes locais, contribuindo para a construção de uma educação mais contextualizada e inclusiva para os povos da Amazônia roraimense. Para Bauman (2022, p. 71): “A incerteza e a vulnerabilidade humanas são os alicerces de todo poder político [...]”. É necessário compreender, nesse processo, que as lutas sociais historicamente empreendidas no espaço do camponato e no meio rural têm, como uma de suas premissas, promover a autonomia dos povos do campo diante de uma política dominante, muitas vezes exacerbada pela figura do Estado.

Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais presentes nessa região, torna-se possível promover uma educação mais justa, democrática, sustentável e, sobretudo, equitativa no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma educação que respeita a natureza, os sujeitos e as comunidades que nela habitam, por meio das lutas empreendidas pelos movimentos sociais em busca da garantia de direitos para o coletivo do campo.



Figura 1 Entidades e movimentos sociais de Roraima. *Fonte:* Arquivo pessoal dos autores.

Entidades e movimentos sociais da Amazônia roraimense estiveram reunidos na FETRAFERR⁵, nos dias 04, 05 e 06 de abril do ano de 2024, no Fórum Permanente da Educação do Campo. O MST, a CONTAG⁶ e o Levante Popular, juntamente com autoridades do INCRA⁷, do PRONERA⁸ e das Secretarias de Educação, bem como o Magnífico Reitor da UFRR⁹, coordenadores, professores e alunos da

5. Federação dos Agricultores e Agricultoras de Roraima.

6. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

7. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

8. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

9. Universidade Federal de Roraima.

LEDUCARR/UFRR e PPGE¹⁰-UERR¹¹/IFRR¹², debateram sobre políticas públicas voltadas aos povos do campo, das florestas e das águas.

Segundo Silva (2015): “O homem do campo, por meio de lutas e movimentos sociais populares, desenvolveu sua capacidade de consciência dos problemas e dos conflitos que enfrentam em seu cotidiano [...]”. Essa consciência tem impacto direto nas práticas sociais e, por conseguinte, no tipo de educação a ser promovida nas comunidades do campo, das florestas e ribeirinhas. Trata-se de um movimento que fortalece o processo de construção do conhecimento, representado pela Educação do Campo.

“[...] a luta por uma educação do campo incorpora a ocupação como mais uma das estratégias utilizadas pelos movimentos sociais. Luta popular de resistência coletiva em defesa de seus ideais, proporcionando processos de aprendizagem e construção política. O coletivo nessa conjuntura pode ser libertador, pois a organização familiar e o envolvimento com a desapropriação do latifúndio, o estabelecimento do assentamento, a produção agrícola e intelectual e a escola, na perspectiva freiriana, são acompanhados pelas resistências múltiplas” (Santos, 2015, p. 83).

Nas palavras de Santos (2015), essas resistências múltiplas incluem também a luta pela valorização da cultura local, a preservação do meio ambiente e a busca por uma educação crítica e emancipadora, corroborando com o pensamento freiriano, que possibilita aos sujeitos do campo se tornarem agentes ativos na transformação da realidade em que vivem, promovendo a conscientização e a luta por uma educação libertadora e transformadora.

A ocupação, nesse sentido, para Santos (2015), torna-se não apenas um ato de reivindicação do pertencimento à sua essência, mas também um espaço de formação e fortalecimento da identidade dos sujeitos do campo, promovendo a autonomia e a dignidade dos envolvidos.

10. Programa de Pós-Graduação em Educação.

11. Universidade Estadual de Roraima.

12. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima.

A Educação do Campo em Construção no Estado de Roraima

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino prevista na LDBEN nº 9.394/96 e se apresenta como um instrumento essencial para garantir o acesso e a permanência dos alunos em uma educação de qualidade, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas. Este texto tem por objetivo explorar o conceito de Educação do Campo, sua importância, seus princípios e os desafios enfrentados na implementação dessa forma singular de fazer educacional em contextos rurais.

O que é a Educação do Campo? A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que busca atender às especificidades das populações camponesas, considerando suas tradições, culturas, formas de organização social e econômica. Trata-se de um modelo educativo fundamentado nos princípios da educação popular de Paulo Freire, que visa promover o desenvolvimento integral dos sujeitos do campo, valorizando seus saberes e práticas e contribuindo para a melhoria das condições de vida dessas populações, conforme os fundamentos freirianos de uma educação crítica e emancipadora.

Para Silva (2015), a Educação do Campo se baseia na concepção de que o campo é um espaço de produção de vida e saberes, onde é possível construir conhecimento de forma contextualizada e significativa. A abordagem pedagógica da Educação do Campo reconhece a importância da relação entre as pessoas, o meio ambiente e o território, e valoriza a diversidade cultural e a autonomia das comunidades rurais. Nesse sentido, segundo Silva (2015, p. 107), “[...] refletir sobre a complexidade da realidade do campo como espaço a desenvolver experiências no âmbito social, cultural e político no processo formativo [...]” é repensar a própria práxis pedagógica no contexto da sala de aula.

Princípios da Educação do Campo

A Educação do Campo se fundamenta em princípios norteadores que orientam a prática pedagógica nas comunidades rurais. Entre os principais princípios destacados em nossas vivências, destacam-se:

- ♦ **Contextualização:** Para Souza, Silva e Silva (2023), a Educação do Campo parte do pressuposto de que o conhecimento deve ser construído a partir das experiências e realidades dos sujeitos e das comunidades camponesas, levando-se em consideração suas especificidades culturais, identitárias, sociais e econômicas.
- ♦ **Integração:** Conforme Lopes (2017), a Educação do Campo promove a articulação entre os saberes locais e os saberes escolares, valorizando as práticas e vivências das populações do campo e respeitando sua diversidade cultural dentro do processo de ensino-aprendizagem.
- ♦ **Participação:** Para Caldart (2012), quando vinculada aos Movimentos Sociais, a Educação do Campo se fortalece e estimula a participação ativa das comunidades rurais nos processos educativos e de luta social, incentivando o diálogo, a cooperação e a construção coletiva do conhecimento.
- ♦ **Sustentabilidade:** Segundo Oliveira e Maroti (2015), a Educação do Campo tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas, assegurando a preservação ambiental, a equidade social e o bem-estar das gerações futuras.

Importância da Educação do Campo

A Educação do Campo é de extrema importância para garantir o acesso à educação de qualidade para os sujeitos que vivem no/do campo, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas e valorizando sua história, cultura e identidade, mesmo que, segundo Souza, Silva e Silva (2023), “[...] ainda não tenha conseguido imprimir uma identidade curricular que valorize a história e a memória dos seus agentes sociais [...]”. Ao valorizar os saberes locais e integrar as práticas pedagógicas à realidade das comunidades, a educação centrada no campo contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de transformar sua realidade e construir uma sociedade mais justa, igualitária e equitativa.

Além disso, para Canclini (2012), a Educação do Campo possui o potencial de fortalecer a identidade cultural das comunidades camponesas, promovendo a inclusão social e combatendo a exclusão e a marginalização dessas populações, ao reconhecer e valorizar os conhecimentos e práticas que lhes são próprios.

Nessa significação dos sujeitos do campo, torna-se evidente a construção de uma educação democrática e plural, capaz de promover a diversidade, a equidade e a sustentabilidade nas comunidades rurais.

Desafios da Educação do Campo

Apesar da importância da Educação do Campo, essa abordagem pedagógica ainda enfrenta diversos desafios na sua implementação e consolidação nas comunidades do campo. Alguns dos principais desafios da Educação do Campo, segundo relatos de professores do campo, incluem:

- ♦ **Infraestrutura precária:** Para Santos (2015) e Molina e Jesus (2024), muitas escolas localizadas no campo enfrentam problemas de infraestrutura precária, como falta de salas de aula adequadas, ausência de material didático e deficiências na formação dos professores, dificultando a implementação da Educação do Campo e o acesso à educação de qualidade para essas populações.
- ♦ **Desigualdades regionais:** Para Júnior e Mourão (2015), as desigualdades regionais e a falta de políticas públicas voltadas para a Educação no Campo dificultam o acesso das populações rurais à educação de qualidade, limitando as oportunidades de desenvolvimento das referidas comunidades.
- ♦ **Resistência e mudança:** Para Rêgo e Silva (2017, p. 59), “Historicamente, é notório o descaso do poder público com a Educação do campo [...]”. A implementação da Educação do Campo destaca-se pelo enfrentamento e resistência por parte dos professores, comunidades e movimentos sociais que reconhecem a importância e a necessidade da modalidade de ensino/aprendizagem da Educação do Campo, conforme estabele-

cido na LDBEN 9.394/96, e buscam assim a valorização dos saberes locais e das práticas culturais e sociais das populações do campo.

- ♦ **Formação de professores:** Para Caldart (2012) e Ghedin (2012), a formação de professores voltada para a Educação do Campo ainda é um desafio, pois muitos docentes não estão preparados para atuar de forma contextualizada e integrada nas escolas do campo e nas comunidades, o que compromete a qualidade do ensino e a efetividade da abordagem pedagógica do campo.

Considerações Finais

A Educação do Campo se apresenta como uma modalidade educacional com uma abordagem pedagógica própria, fundamental para garantir o acesso à educação de qualidade aos povos do campo, das florestas e das águas, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável das comunidades onde essa educação ocorre. Valoriza os saberes locais, promove a integração entre os saberes escolares e os saberes tradicionais e incentiva a participação ativa dessas comunidades no processo educativo.

A Educação do Campo contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de transformar sua realidade e promover um mundo mais justo, igualitário e sustentável. No entanto, para que essa modalidade seja efetivamente implementada e alcance seus objetivos, é essencial enfrentar e superar os desafios existentes, como a precariedade da infraestrutura escolar, as desigualdades regionais, a resistência às mudanças e as limitações na formação de professores para atuar nesse contexto específico.

É necessário lutar por investimentos em políticas públicas voltadas à educação no campo, fortalecendo a formação inicial e continuada de professores e promovendo o diálogo e a cooperação entre escolas, comunidades e poder público. Essas ações são essenciais para garantir o direito à educação com qualidade e assegurar a permanência dos estudantes nas escolas, independentemente de sua origem, cultura ou localização geográfica.

Além disso, é indispensável reconhecer que a Educação do Campo não se limita à questão do acesso à escola: ela se consolida como uma estratégia de resistência e emancipação dos povos do campo, das florestas e das águas. Transcende o espaço escolar e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, na qual as identidades culturais e os saberes tradicionais sejam reconhecidos e valorizados como fundamentos do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Referências

ANTUNES-ROCHA, M. Isabel; MARTINS, M. de Fátima A. Tempo escola e tempo comunidade: territórios educativos na educação do campo. In: MARTINS, A. A.; MARTINS, M. F. A.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. p. 21-33.

BAUMAN, S. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. LDBEN - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 12 fev. 2023.

CALDART, R. S. Intencionalidades na formação de educadores do campo: reflexões desde a experiência do curso Pedagogia da Terra da Vila Campesina). In: **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. MARTINS, A. A.; MARTINS, M. F. A.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Org.). 1. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. p. 119-142.

_____. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Revista Trabalho Necessário. 2004. p. 01-16. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444> Acesso em: 28 abr. 2024.

COUTINHO, Janailton [et al]. Educação ambiental camponesa. IN: **Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade**. LOPES, Sérgio. L. (Org.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FERRARINI, Sebastião A. **Amazônia**: berço acolhedor de tanta vida – as diferentes dimensões da violência. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

GHEDIN, Evandro (Org.). **Educação do campo**: epistemologias e práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNIOR, Waldemar M. V. MOURÃO, Arminda R. B. Aspectos sócio-históricos da educação do campo: a participação do movimento social camponês e a especificidade amazônica. In: SANTOS, Maria J. (Org.). **Pelas trilhas da história da Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 79-94.

LOPES, Sérgio L. Formação de professores e práticas educativas do/no campo: algumas reflexões. In: SANTOS, Miquéias A.; SILVA, Janecley M. (Orgs.). **História da Educação do Campo**: os processos educativos e formativos no contexto do campo em Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 25-76.

_____. A prática pedagógica na Educação do Campo com foco na formação profissional. In: LOPES, Sérgio L. (Org.). **Práticas educativas na educação do campo**: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

_____. A escola moderna e os seus desafios: do século XVI ao XIX. In: LOPES, Sérgio L. (Org.). **Diálogos e experiências sobre Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 17-44.

MOLINA, Mônica C. A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: FERNANDES, Bernardo M. et al. **Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

OLIVEIRA, Juliana M.; MAROTI, Paulo S. Educação agroecológica pelo viés libertador: percepção de professores de uma escola rural no agreste sergipano quanto à alimentação saudável. In: LOPES, Sérgio L. (Org.). **Práticas educativas na educação do campo**: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

RÊGO, Marcondes B. SILVA, JACI L. A identidade campesina, posse da terra e resistência: uma tríade para a compreensão da educação do campo. In: LOPES, Sérgio. L. (Org.). **Diálogos e experiências sobre Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 45-78.

SANTOS, Ramofly B. Educação do Campo, movimentos sociais e ensino de história. In: SANTOS, Maria J. (Org.). **Pelas trilhas da história da Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 79-94.

SILVA, Janecley M. A Educação do Campo no contexto formativo de Roraima. In: SANTOS, Miquéias A.; SILVA, Janecley M. (Orgs.). **História da Educação do Campo: os processos educativos e formativos no contexto do campo em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p. 95-128.

SOUZA, Érica de S.; SIILVA, Ana C. R.; SILVA, Simone Souza. Os desafios didáticos-pedagógicos na Escola do Campo. In: SILVA, Simone S.; FILHO, Ágdo R. B. (Orgs.). **Ensino, pesquisa e extensão nas escolas do campo: experiências interdisciplinares na formação de professores**. Manaus: Editora Valer, 2023. p. 151-174.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, v. 5, n. 1, p.6-39, 2019 Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002> Acesso em: 12 out. 2023 P. 208.